

Comunidade acadêmica feminina e a internacionalização na Universidade Federal de Mato Grosso (1973-2016)

Academic community of women and internationalization at the Federal University of Mato Grosso

Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins

Doutoranda na Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.
joira.martins@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-5725-4106>

Nilce Vieira Campos Ferreira

Professora doutora na Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.
nilcevieiraufmt@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-9165-0011>

Recebido em 08 de maio de 2020

Aprovado em 17 de junho de 2020

Publicado em 25 de setembro de 2020

RESUMO

Este artigo, com foco temático na história da educação feminina, tem por objetivo compreender como sobreveio a participação de mulheres nos processos de internacionalização da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Ao trazermos reflexões sobre processos de internacionalização vivenciados na instituição de educação superior federal, localizada na região Centro-Oeste do Brasil, fundada tardiamente no ano de 1970, analisamos a mobilização feminina internacional na instituição entre os anos de 1973 a 2016. Trazemos algumas reflexões a partir da análise de documentos institucionais tais como legislação, artigos científicos, páginas de web site e documentos oficiais coletados no acervo institucional. É compreensível que não houve uma política institucional definida para os processos de internacionalização, bem como inexistente, no perfil de seus partícipes, equidade de acesso. Identificamos, contudo, que mulheres participaram e contribuíram para os processos de internacionalização da UFMT. Possibilidades de atuações e oportunidades para mulheres, entretanto, ainda representam parcela ínfima nos movimentos de internacionalização. Para nós, claro está que uma instituição de ensino superior não pode prescindir de políticas públicas que incentivem a internacionalização, mas deve articular iniciativas viáveis e ações que promovam a equidade de acesso às políticas de internacionalização institucionais.

Palavras-chave: História da Educação Feminina; Internacionalização; Educação Superior.

ABSTRACT

The present article with a thematic focus on the history of feminine education aims to understand how the participation of women in the internationalization process of the Federal University of Mato Grosso (UFMT) was characterized. By bringing reflections on internationalization processes experienced at UFMT - federal higher education institution, located in the Center-West region of Brazil, founded belatedly in 1970, we analyzed the international women's mobilization in the institution between the years 1973 to 2016. We bring some reflections from the analysis of institutional documents such as legislation, scientific articles, web site pages and official documents collected in the institutional collection. It is understandable that there was no defined institutional policy regarding the internationalization of UFMT, as there is no equity of access in the profile of its participants, we identified, however, that women participated and contributed to UFMT's internationalization processes.. Possibilities of activities and opportunities for women, however, still represent a small number in the internationalization movements. For us, it is clear that a higher education institution cannot do without public policies that encourage internationalization, but it must articulate viable initiatives and actions that promote equal access to institutional internationalization policies.

Keywords: History of Feminine Education; Internationalization; Higher Education.

Introdução

Este texto é um recorte da pesquisa que desenvolvemos no Doutorado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, linha de pesquisa: Cultura, Memória e Teorias em Educação, no Grupo de Pesquisa História da Educação, Instituições e Gênero – GPHEG, na qual investigamos a história das mulheres no processo de internacionalização da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Cuiabá, entre os anos de 1970 a 2016.

O recorte temporal da tese em andamento decorre do fato de que, em 1970, a UFMT foi fundada por meio da Lei nº. 5.647 de, 10 de dezembro de 1970 e, no ano de 2016, ocorreu o retorno do último estudante da UFMT, participante no Programa Ciência sem Fronteiras – CsF, cujo Programa contava com fomento nacional para mobilidade internacional na graduação.

De modo geral, procuramos, para este artigo, compreender como ocorreu a participação das mulheres no processo de internacionalização da UFMT, a partir de análise de fontes documentais constantes no acervo da UFMT.

Destacamos que, embora saibamos como a internacionalização acadêmica tem se fortalecido na vida universitária desde o início da criação das universidades, a UFMT foi criada tardiamente, apenas em 1970, o que de certa forma impactou os diversos caminhos e iniciativas de internacionalização.

Justamente por isso, parece-nos relevante o registro dessas iniciativas, bem como a análise de possíveis contribuições para o aperfeiçoamento das atividades de cooperação internacional acordadas pela UFMT.

A publicação do primeiro ato institucional para o processo de internacionalização na UFMT adveio tardiamente, somente em 01 de agosto de 1989, com a publicação da Portaria emitida pelo Gabinete da Reitoria – GR, n.º 328/89, designando o Professor Paulo Speller como Assessor da Reitoria da UFMT e como responsável pela pasta de Relações Internacionais. Constatado esse fato, algumas indagações surgiram: Por que ocorreu essa lacuna temporal de 1970 a 1989? Quais processos de internacionalização foram vivenciados na UFMT? Como decorreu a participação das mulheres nesses processos?

Considerando esses questionamentos em relação ao processo de internacionalização tardio na UFMT, é preciso lembrar que a internacionalização da educação superior aproxima-se a um princípio vocacional das universidades, ou seja, está intrinsecamente ligada ao seu surgimento, envolvendo vocação e tradição para o intercâmbio acadêmico. Na verdade, é a instituição de ensino superior que

"[...] preserva e alimenta a dimensão internacional, seja pelo sentido da ciência e pelos critérios de qualidade e cientificidade, isto é, pelos valores autenticamente acadêmicos, seja pelas iniciativas práticas de intercâmbio institucionais e mobilidade de estudantes e professores". (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 139).

Outro norte que nos levou à buscar visibilizar a participação de mulheres nos percursos da internacionalização na UFMT está diretamente ligado às pesquisas que desenvolvemos no GPHEG, nas quais problematizamos essas questões à luz da

história da educação das mulheres, a partir de pressupostos apreendidos a partir de estudos da História Nova.

A História Nova, ou Nova História, surgiu nos anos de 1978. O termo foi usado por integrantes do grupo dos Annales, formado por intelectuais que procuravam “[...] colocar os problemas da história: proporcionar uma História não automática, mas problemática” (LE GOFF, 1990, p. 33). Com a criação da revista Annales, esse grupo conseguiu “[...] promover uma nova espécie de História [...]” (BURKE, 1997, p. 11).

Lembramos que a Escola dos Annales constituída por Marc Bloch e Lucien Febvre, mais tarde foi editada pelo francês Jacques Le Goff como descrito por Burke (1997), na terceira geração de seus integrantes, a partir da qual foram investigadas outras histórias, como a história das mulheres, a história das crianças, entre outras. De modo mais específico, o movimento permitiu que a história fosse escrita considerando “[...] a história vista de baixo; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com a sua experiência da mudança social” (BURKE, 1992, p. 3).

Desse modo, os integrantes e, depois, os seguidores daquela escola procuravam explicações plurais para as diversas relações dialéticas que se estabelecem na vida social. Desde seu início, e mais ainda na terceira geração dos Annales, conduzida por Le Goff, como apontado por Burke (1997). Esse movimento abriu-se ao diálogo com as mais diversas ciências, tais como: Antropologia, Economia, Sociologia, Filosofia, Psicologia, Estatística, Geografia, entre outras, e ampliou seu olhar também sobre as fontes e objetos de pesquisa, o que permitiu que a Nova História se tornasse uma “[...] história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional [...]” (BURKE, 1992, p. 2).

Burke (1992) mencionou que Michele Perrot, na terceira geração dos Annales, ao lado de Jacques Le Goff, Georges Duby, entre outros, dedicou-se à escrita acerca da História das Mulheres e relatou suas incertezas ao assunto no primeiro curso que ofertou em 1973, na Universidade de Paris VII, na França, ministrado junto com Pauline Schmitt e Fabienne Bock como dito por Perrot (2007), intitulando-o com o questionamento “*As mulheres têm uma história?*” (PERROT, 2007, p. 14-15). Essa mesma autora, descreveu que a Escola dos Annales foi um movimento que

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644443909>

"[...] rompeu com uma visão da história dominada pelo exclusivismo político. Mas o econômico e o social permaneceram como suas prioridades: seus pesquisadores não cogitavam da diferença dos sexos, que, para eles, não constituía uma categoria de análise [...]". (PERROT, 2007, p. 13).

Nessa linha de raciocínio, em uma de suas primeiras obras, abordando a história das mulheres, a autora descreveu que era uma experiência na qual "[...] como muitas outras mulheres, fui testemunha e atriz [...]" (PERROT, 2007, p. 13).

Ao narrar sua experiência, a autora nos trouxe seu olhar sobre a história das mulheres e do quanto essa história foi silenciada, ao mesmo tempo que "[...] faz emergir novos objetos no relato que constitui a história, a relação incessantemente renovada entre o passado e o presente". (PERROT, 2007, p. 13).

Voltamos nosso olhar investigativo, portanto, para a história das mulheres no processo de internacionalização da UFMT, rompendo com a tradicional invisibilidade da história das mulheres, pois "[...] escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas [...]", como dito por Perrot (2007, p. 16).

Cabe lembrar que as mulheres, desde tempos mais longínquos, "[...] se movimentam [...] saem, viajam, migram. Participam da mobilidade que, com a facilidade dos meios de transporte, passa a caracterizar as populações do Ocidente nos séculos XIX e XX" (PERROT, 2007, p. 136). Acreditamos que essa mobilização se aproxima da história que abordamos.

A relevância dessa pesquisa sobre a participação das mulheres no processo de internacionalização da UFMT, reside no fato de possibilitar a compreensão de como aconteceram essas "saídas de mulheres" em busca de conhecimento ou como se deu sua participação em acordos de cooperação internacional, decorrentes do engajamento tanto de mulheres protagonistas, quanto de outras instâncias da própria instituição UFMT, cujo engajamento resultou em sistemas de cooperação que possam ter sido estruturados pelos governos e gestores de instituições de ensino superior que se articularam, ou mesmo resultantes de ações governamentais diretas, que comportaram o acesso de mulheres e as levaram a romper fronteiras.

Vestígios de Internacionalização nas Universidades

Lembramos que as universidades ocidentais surgiram na Idade Média, a partir da aceleração de processos de urbanização das cidades. Provenientes do meio rural, jovens geralmente nobres "[...] afluíram para os centros urbanos onde renomados mestres transmitiam os seus conhecimento e competências nas diferentes artes intelectuais. Foi dessa forma que surgiram as primeiras universidades como as de Bolonha (século XI), Paris (século XII) e Oxford (século VIII)" (SAVIANI, 1999, p. 9).

A universidade, como conhecemos hoje, surgiu "[...] como uma associação entre estudantes e professores de diversos países que formavam uma comunidade internacional tendo como ponto central a busca do conhecimento" (VALE; FARIAS; ARAÚJO, 2016, p. 1).

A circulação de pessoas em busca de estudos universitários mostrou-se, igualmente, uma experiência existencial valorizada, constituindo iniciativas educativas que incluíram, tanto nos próprios países quanto fora deles, estudantes de instituições de ensino superior que puderam realizar seus estudos fora da instituição a qual pertencem (CABRAL, SILVA e SAITO, 2011).

Para além de essa compreensão, claro está para nós que "[...] a mobilidade não envolve, apenas, o movimento de deslocamento; ela é muito mais ampla, pois é social e envolve estruturas, meios, culturas e significados" (CASTRO; CABRAL NETO, 2012, p. 78).

Isto é, parece-nos que a circularidade de pessoas em processo de mobilidade internacional pode instigar, tanto para quem se desloca quanto para a instituição que recebe a pessoa em mobilidade, ou para quem compartilha espaços, um novo conhecimento que pode ser útil para sua universidade, comunidade, ou para qualquer instituição com a qual a pessoa irá relacionar-se em sua vida profissional e pessoal.

No Brasil, é possível observar a existência de indícios de internacionalização, nas políticas de educação superior, desde o período colônia, quando, para Portugal ou para outros centros europeus, pessoas que se encontravam em uma elite brasileira para esses locais dirigiam-se para cursar o ensino superior, cujo destino principal era, principalmente, a Universidade de Coimbra, em Portugal. (AMARAL; SECO, 2006).

Apesar de esses vestígios de movimentação de brasileiras e brasileiros para estudar no exterior, foi só na segunda metade do século XX que a cooperação internacional brasileira com outros países expandiu-se, devido às políticas de educação superior que entraram em vigor nos anos de 1960, quando "[...] ocorreram três processos, cujos resultados merecem destaque: a ampliação dos convênios e dos estudantes-convênio e o movimento da reforma da universidade brasileira" (FRANCO, 2002, p. 281).

A ampliação dos convênios aos quais a autora se refere são os acordos culturais firmados entre o Brasil e diversos países, entre eles, foram firmados acordos com Argentina, Bolívia, Chile, entre outros (CARVALHO, 1969). O aumento dos estudantes-convênios, os quais foram apontados por Franco (2002), deveu-se, principalmente, pela busca de cursos brasileiros de graduação por estudantes de países que assinaram acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico com o Brasil, especialmente latino-americanos.

A implementação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), foi criado oficialmente, em 1965, pelo Decreto nº 55.613, de 20 de janeiro de 1965. Já o movimento de reforma da universidade brasileira incluiu diversos acordos realizados entre o Ministério da Educação – MEC, Brasil, e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID. Tais acordos foram implementados a partir da Reforma Universitária de 1968, entre eles, podemos citar: Assessoria Para Modernização da Administração Universitária e Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (FRANCO, 2002).

A partir de os anos de 1990, com o avanço da doutrina neoliberal no Brasil, capitaneada principalmente pelos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, o Brasil aderiu às recomendações de o Consenso de Washington, que propôs um conjunto de políticas econômicas liberais, em um encontro promovido em 1989 pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Tesouro dos Estados Unidos da América (EUA), na cidade de Washington – EUA, principalmente no que tange à redução do tamanho do Estado, liberação do setor financeiro, privatização de empresas estatais e abertura de mercado ao capital internacional. (WILLIAMSON, 2000).

Articulados principalmente aos interesses americanos, que incluíam a exploração de mercados e serviços, em especial na América Latina, no processo que foi instaurado e ao qual o Brasil aderiu, a educação, o conhecimento científico e técnico tornaram-se também mercadorias-chaves a serem exploradas, consoante as premissas de reprodução e expansão do sistema neoliberal, isto é, o “[...] saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas”. (HARVEY, 1989, p.151).

Desse modo, podemos afirmar que, também no âmbito da internacionalização, os princípios neoliberais influenciaram a política educacional, afinal “[...] a educação é potencialmente uma mercadoria como qualquer outra e que a sua conversão em mercadoria decorre da dupla constatação da superioridade do capitalismo, enquanto organizador de relações sociais [...]” (SANTOS, 2011, p. 32).

Nesta perspectiva, a internacionalização da educação superior seguiu as tendências neoliberais, considerando a

“[...] interação entre países, sobretudo, levando em conta aspectos econômicos, sociais, culturais, tecnológicos e políticos. Nesta seara, a universidade participa com intensidade crescente, desenvolvendo atividades de ensino e pesquisa, além de outras formas de intercâmbio”. (SILVA; MARTINS, 2018).

Parece-nos, assim, que há múltiplas implicações no termo internacionalização. Defendemos que se trata de um termo em construção, inclusive entre pesquisadoras e pesquisadores da temática. Para nós, a internacionalização da educação superior aproxima-se de uma prática que parece ser vocacional nas instituições de educação superior, uma vez que nelas prevalece a busca pelo valor universal do conhecimento, pela solidariedade mútua entre povos, valores que as universidades parecem defender e que se entrelaçam e articulam-se nas mais variadas formas de atividades que procuram desenvolver de forma conjunta.

Está claro, assim, que às Instituições de Ensino Superior - IES, como no caso da UFMT, cabem não só a formação de pessoas que possam tornar-se profissionais competentes em suas áreas, mas também formar pessoas que sejam responsáveis pela produção do conhecimento para bem viver na sociedade e no mundo. Isto é, às

IES cabem a função precípua de oferta de formação para que estudantes possam cada vez mais adquirir consciência e competência profissional de fazeres e saberes colaborativos, tanto com as IES nacionais quanto com as internacionais.

Para o alcance dessa formação pretendida, tanto no âmbito da proposta que defendemos quanto na UFMT, parece-nos que se torna indispensável o deslocamento para outras universidades em quaisquer lugares nos quais elas possam estar situadas e que se aproximem do conhecimento almejado pela pessoa que se desloca. Mesmo sabendo que nem todas e todos têm acesso aos programas de internacionalização ou ainda que não são ofertadas vagas suficientes, a circularidade de estudantes e profissionais da educação superior pode permitir que a formação adquirida em outras IES, cujas culturas são diferentes, possibilite, ainda que a um número pequeno de pessoas, a construção de fundamentos necessários à profissionalização, à formação e integração cidadã nas sociedades das quais fazem parte.

Assim, a internacionalização, para nós, encontra-se "[...] fundada na ideia do valor universal do conhecimento e da formação e expressa pelas diversas formas de cooperação entre instituições, pesquisadores, professores e estudantes" (DIAS SOBRINHO, 2005, p.141).

Educação Feminina e Internacionalização na Educação Superior

Após a Proclamação da República brasileira, em 1889, a educação foi encarada como um lugar de mudanças, afinal, era preciso romper com as concepções do império e promover a modernização do país, como era pregado pelos governos republicanos de municípios, estados e do próprio país. Mas, na verdade, mesmo após a Proclamação da República, "[...] homens e grupos sociais continuavam garantindo suas posições estratégicas nos jogos de poder da sociedade" (LOURO, 2011, p 443).

No início da República e ao longo dos primeiras décadas republicanas, havia algumas poucas escolas no Brasil, a maioria fundada por congregações e ordens religiosas, nas quais o acesso ao conhecimento era distinto entre os sexos, afinal, bastava que estudantes soubessem o básico sobre a leitura, a escrita, as operações matemáticas e a doutrina cristã, principalmente, no caso brasileiro, os princípios

religiosos católicos. Mas as singularidades estavam presentes e "[...] nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura" (LOURO, 2011, p. 444).

A educação feminina visava apenas formar a mulher como "[...] mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações de futuro", como dito por Louro (2011, p. 446). Ainda assim, contudo, as mulheres, buscaram a emancipação e autonomia e viajaram, lançaram-se aos mares, estradas e moveram-se para outros locais, seja em busca de trabalho, seja seguindo suas ordens religiosas ou em busca de estudos (PERROT, 2007).

Ao examinar documentos institucionais da UFMT, localizada na região Centro-Oeste, identificamos movimentos significativos dessa mobilização feminina. Fundada com a promulgação de a Lei nº. 5.647, de 10 de dezembro de 1970, o Artigo 3º estabeleceu que a UFMT é uma instituição de ensino superior, de pesquisas e estudos em diferentes ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural (BRASIL, 1970).

Um documento que encontramos no acervo da UFMT, dirigido ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, registrado no Ofício do Gabinete da Reitoria - GR da UFMT n.º 185/73, de 29 de junho de 1973, descreveu o primeiro pedido de afastamento do país de uma servidora da UFMT: a servidora Maria Cecília Guerreira Sousa, Chefe da Divisão de Documentação. O objetivo da viagem de estudos da servidora era coletar e microfilmear documentos históricos relativos ao Estado de Mato Grosso, em arquivos portugueses e espanhóis.

Em 1975, encontramos outro registro de candidatura à bolsa de estudos canadense para a professora Maria da Glória Albues, Ofício GR 709/75, de 15 de dezembro de 1975, com o objetivo de cursar pós-graduação na área de Educação Artística.

Este movimento dessas professoras ao exterior foi possível devido à adesão da UFMT ao Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação de Pessoal Docente – PACPD, do MEC. Consta, no Ofício GR 709/75, que o PACPD objetivava "[...] melhorar a qualidade do ensino e implementar a pesquisa e a produção de trabalhos

científicos, tendo em vista as solicitações do processo de desenvolvimento da Amazônia Mato-Grossense, região a que esta Universidade deve servir” (UFMT, 1975).

Nos anos de 1977 e 1978, nos acervos da Reitoria da UFMT, encontramos documentos que registraram informações cruzadas entre departamentos da UFMT e entre a UFMT e o Departamento de Assuntos Universitários – DAU/MEC/Brasil de estudantes recebidos na UFMT por meio de convênios assinados pela UFMT e outras IES estrangeiras, totalizando 60 participantes listados, dentre os quais, apenas 8 eram estudantes mulheres.

Quadro 1 – Mulheres estudantes-convênios na UFMT entre anos de 1977 e 1978¹

ANO	NOME	CURSO	NACIONALIDADE	CONVÊNIO ²
1977	Peregrina Crespo Alvarez	Ciências Contábeis	Boliviana	Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia. Firmado em 10 de julho de 1973.
1977	Margarida Martha Pomar Fernandez	Serviço Social	Boliviana	
1978	Tereza Carmem P. Arambura	Enfermagem	Boliviana	
1978	Maria Naty Del C. Castilho	Economia	Boliviana	
1978	Maria Elena Siria C. Urquieta	Serviço Social	Boliviana	
1978	Nancy Justino Arambel	Enfermagem	Boliviana	
1978	Rosa Maria A. Vidas	Não informado	Paraguaia	Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai. Firmado em 17 de outubro de 1973.
1978	Maria Jose Mosqueiro	Não informado	Portuguesa	Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 07 de setembro de 1966 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Portugal. Firmado em 22 de abril de 1971

Fonte: Acervo da Reitoria da UFMT.

Analisando esses documentos, é possível constatar que, apesar de porcentagem menor de participação nos cursos ofertados pelos Convênios descritos, cerca de 13% do total, essas mulheres latino-americanas ousaram enfrentar desafios e vieram estudar na região Centro-Oeste, no Brasil, em um estado interiorano, com uma cultura bastante diversa, para buscar formação de nível superior, graduação ou pós-graduação nas áreas de saúde, humanas, ciências aplicadas que lhes proporcionasse outros conhecimentos.

Identificamos ainda, como consta no quadro 1, a mobilidade de uma estudante portuguesa, o que nos trouxe certa surpresa, pois é, notadamente, mais comum incidir o deslocamento de brasileiras e brasileiros para países da Europa do que o contrário. Países da região da América Latina, como o Brasil, apontam, ao considerarmos dados referentes à internacionalização da educação superior, baixa recepção de estudantes estrangeiros e elevado envio de estudantes para outras regiões do mundo, em especial para a região da América do Norte e da Europa Ocidental (CASTRO; CABRAL NETO, 2012).

Avançando um pouco mais, encontramos publicado o primeiro ato institucional para o processo de internacionalização, Portaria GR n.º 328/89, de 01 de agosto de 1989, durante a gestão e Administração Superior da UFMT do Professor Augusto Frederico Müller Júnior, no período de 1988 a 1992, que designou o Professor Paulo Speller como Assessor Internacional na UFMT.

Em termos de participação feminina nas relações internacionais promovidas pela UFMT deste período, também encontramos mulheres no projeto internacional de Ensino à Distância – EAD, na Rede Latino-Americana de Ensino a Distância -EAD, com início em agosto de 1989, na qual "[...] os trabalhos de organização dessa modalidade de ensino na UFMT tiveram início com a presença da professora Suzana Ruggiero, consultora da Organização dos Estados Americanos (OEA), que colaborou na fase inicial do projeto" (SIQUEIRA; DOURADO; RIBEIRO; 2011, p. 208).

Professora Suzana Ruggiero foi uma mulher protagonista na UFMT, participante no mais antigo organismo regional do mundo, a Organização dos Estados Americanos - OEA, cuja origem remonta o ano de 1889, com a criação inicial de a União Internacional das Repúblicas Americanas, nominada em 1948 como OEA com

o objetivo de, no sistema institucional internacional dos Estados-Membros, promover “[...] uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência” (OEA, 2020).

Nos anos compreendidos entre 1992 e 1996, ocorreu um marco histórico. A Professora Luzia Guimarães foi a primeira mulher a assumir a reitoria da instituição. Guimarães conduziu a gestão da UFMT tanto na direção de interiorização do ensino, rumo ao interior de Mato Grosso, abrindo unidades e ofertas de cursos em outras localidades, quanto abriu as portas institucionais para a internacionalização do ensino, talvez motivada pela sua confirmada experiência internacional nas inúmeras viagens realizadas para estudos, missões de trabalho e outros, tanto na América do Sul quanto para a América do Norte e para Europa. A exemplo, Guimarães viajou para

“[...] Portugal, em 1993, a convite do Conselho de Reitores, para estudos sobre avaliação e outros temas. Em 1995, participou do Projeto Columbus, na Bélgica, Itália, Inglaterra e Espanha, com apoio da Unesco, objetivando promover, entre as universidades, o desenvolvimento institucional”. (SIQUEIRA; DOURADO; RIBEIRO; 2011, p. 253).

De fato, parece-nos que a gestão de Luzia Guimarães à frente da UFMT, ao ser eleita democraticamente para comandar uma universidade federal nos anos de 1992, pelo período de quatro anos, compôs uma conjuntura de participação democrática e republicana, a partir de um caminho de trabalho relevante, iniciado nas salas de aula, a partir do qual ocupou funções e cargos, tais como a vice coordenação e coordenação de curso, no Centro de Ciências Sociais - CCS e, posteriormente, a Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN. As atividades e funções desenvolvidas por Guimarães foram reconhecidas pela comunidade acadêmica e a levaram à reitoria da UFMT.

Outra mulher que atuou na gestão da Administração Superior da UFMT, composta por 4 mulheres e 6 homens, no período de 1992 a 1996, foi a Professora Marta Duarte de Barros, que exerceu a função de Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação. Sua gestão foi essencial aos desenvolvimentos de cooperação internacional. Juntamente com o Assessor Internacional à época, Professor Elias Alves de Andrade, Barros promoveu a participação da UFMT nos projetos: Projeto EISA – Canadá; Projeto *International Development Research Centre* (IDRC) –

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644443909>

Canadá; Programa *Studies on Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics* (SHIFT) da Alemanha com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Gran Pantanal - Instituto Max Planck - Alemanha; Socioeconômica - Universidade *Tübingen* - Alemanha; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub) na área de Agricultura Tropical, Saúde e Ambiente, Geografia; Capes-*British Council* – Inglaterra, na área de Saúde e Ambiente; Cooperação UFMT-Cuba; Consórcio *Tufts University* - EUA; Cátedra Unesco; Fundação *Kellog*- EUA; Fundação Ford - EUA; Fundação Vitae-Brasil. (SIQUEIRA; DOURADO; RIBEIRO; 2011, p. 269/270).

O primeiro Assessor Internacional da UFMT, Professor Paulo Speller, foi nomeado em 01 de agosto de 1989, por meio da Portaria GR n.º 328/89. Speller foi eleito democraticamente para ser Reitor da UFMT, no período de 2000 a 2004 e reeleito, posteriormente, para o período de 2004 a 2008. Em sua gestão, a Professora Maria Inês Guimarães Portugal atuou como Assessora Internacional (SIQUEIRA; DOURADO; RIBEIRO; 2011).

Dentre diversas atividades relacionadas à internacionalização, Maria Inês Guimarães Portugal organizou, em 2005, a 17ª Reunião Anual do Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais – FAUBAI, sediada na UFMT, referendando a importância da internacionalização para os rumos de a educação superior no Brasil, considerando “[...] o momento em que o Brasil analisa, debate e define os novos contornos da educação superior e os rumos que a reforma universitária sinalizará para o Brasil” (BRASIL, 2005).

Nos Relatórios de Gestão elaborados e divulgados pela Reitoria da UFMT, encontramos relatos da Professora Maria Lúcia Cavalli Neder, segunda mulher a assumir a Reitoria da UFMT, no período de 2008 a 2016. Esses Relatórios de Gestão apresentavam à sociedade e à comunidade acadêmica as atividades realizadas na Administração Superior da universidade. Neder instituiu a Assessoria de Relações Internacionais – ARI e nomeou o Professor Paulo Teixeira de Sousa Junior como gestor da ARI para gerir as diversas ações realizadas no

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644443909>

“[...] âmbito internacional, partindo do princípio de que parcerias e cooperações com instituições de outros países fortalecem a Instituição, contribuem com a melhoria dos processos de ensino, pesquisa e extensão e enriquecem a experiência de acadêmicos e de servidores” (UFMT, 2008-2016, p. 74).

No período de 2008 a 2012, a ARI atuou tanto com a finalidade de “[...] despertar na comunidade acadêmica a necessidade de romper seus muros a fim de contatar o mundo pelo processo de internacionalização da UFMT” quanto instituindo formas de participação da UFMT em programas de mobilidade internacionais, tais como: Programa de Intercâmbio Internacional de Graduação, Programas do Santander Universidades, Projetos do Programa *Erasmus Mundus* e *Erasmus+*, Programa de Mobilidade Mercosul, Programa de Licenciaturas Internacionais, Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes de Angola, Programa de Bolsas Expandindo Fronteiras, Programa de Alianças para Educação e para Capacitação (PAEC/OEA), entre outros (UFMT, 2008-2016, p. 74).

No Relatório de Gestão, foram informados a ocorrência de 1.156 intercâmbios, incluindo mobilidade de estudantes, docentes e técnicos-administrativos, tanto saindo da UFMT para o exterior quanto voltando de outras universidades situados no exterior. Apesar de não constar a especificação de gênero, consideramos que a evolução estatística dos intercâmbios internacionais no período de 2009-2016 representou um avanço, uma vez que “[...] a participação da comunidade acadêmica no processo de internacionalização cresceu ao longo destes oito anos: de 29 pessoas em 2008, para 1.127, entre 2009-2016” (UFMT, 2008-2016, p. 76).

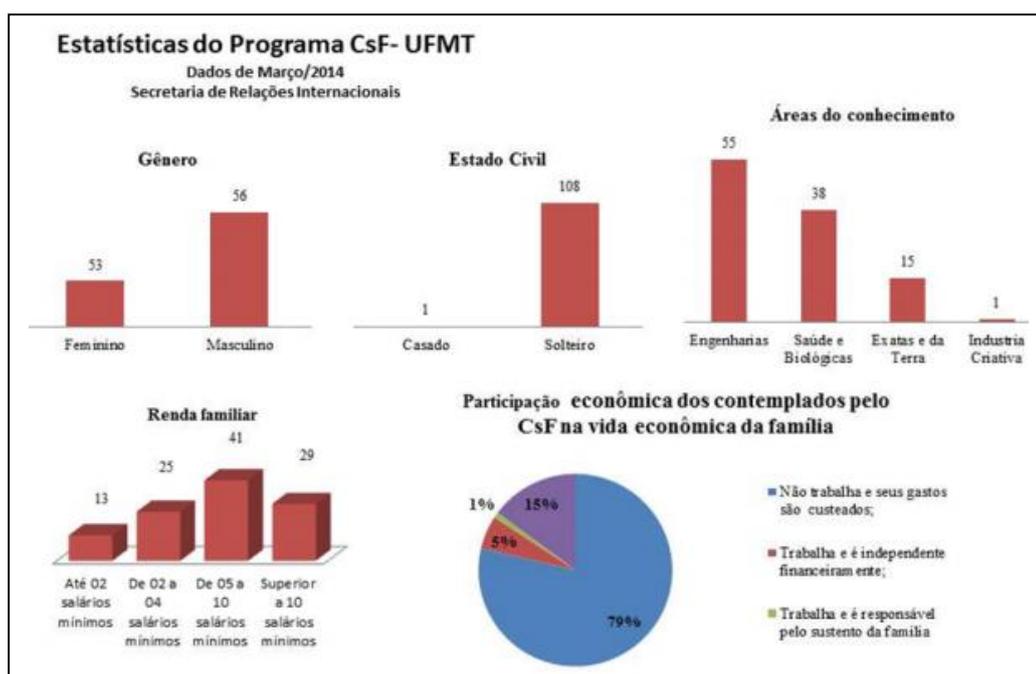
Possivelmente essas ações tenham ocorrido a partir da implementação de políticas promovidas pelo Governos Federal Brasileiro e por governos internacionais, os quais insistiram em promover a internacionalização da educação superior, o que levou a reitoria a constituir a Secretaria de Relações Internacionais – SECRI, em 2012, uma secretaria específica para conduzir e gerir os processos de internacionalização na UFMT.

Consultando os dados de uma pesquisa que a SECRI realizou entre estudantes que participaram do Programa Ciências sem Fronteiras - CsF, criado e fomentado

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644443909>

pelo Governo Federal para possibilitar a mobilidade internacional de estudantes de graduação na IES brasileiras durante seus estudos, no período de 2011 a 2013, identificamos que 329 estudantes da UFMT puderam desenvolver parte de seus estudos em instituições estrangeiras.

Figura 1 - Estatísticas do Programa CsF – UFMT.



Fonte: Martins; Silva (2014).

É possível algumas análises a partir dos dados evidenciados na figura 1. Foram enviados questionários a 190 estudantes que realizaram parte de seus estudos fora do país, no período de agosto de 2011 a maio de 2013. Dos questionamentos enviados via *google docs*, 109 questionários foram respondidos. Entre as respostas, percebemos que houve equivalência de gênero na mobilidade internacional na UFMT, no período, de modo mais específico, 51% pessoas identificaram-se como homens e 49% como mulheres, majoritariamente solteiros e solteiras. Outro dado interessante foi o de que a maioria desses estudantes provinham de cursos de Engenharias e de classe social mais afortunada (MARTINS; SILVA, 2014).

Ressaltamos que a aparente equidade encontrada, contudo, não nos parece suficiente para confirmar se ela ocorreu de forma corrente nas atividades de internacionalização promovidas pela UFMT.

Os sinais institucionais, nos procedimentos de internacionalização originados na UFMT, corroboram, portanto, a permanência de desafios históricos entre os gêneros, ao considerarmos a presença de mulheres tanto em seus deslocamentos para estudos quanto na atuação de cargos de gestão, formação educacional ou ocupação profissional.

Considerações finais

Como deciframos, ao longo do texto, a internacionalização, tanto da UFMT quanto de outras IES brasileiras, parece ser um caminho a ser trilhado e um processo necessário para que a formação ofertada na educação superior possa mostrar-se responsiva aos desafios de uma sociedade que se torna cada vez mais interconectada e globalizada.

Defendemos, contudo, que os processos de internacionalização devem ser apreendidos como um meio e não como um fim em si mesmos, ao mesmo tempo que evidenciamos que há a necessidade de ajustes a quaisquer ações promovidas, de modo a torná-las mais eficientes, colaborativas e equânimes, considerando o acesso de homens e mulheres nas atividades que sejam propostas.

Para nós, claro está que a internacionalização das IES tem o potencial de transformar vidas de estudantes e um papel cada vez responsivo frente à ciência, pois a circularidade de modelos e o compartilhamento de avanços no conhecimento acadêmico, pode permitir a construção de outras habilidades que incluam fazer junto. O processo colaborativo entre IES pode possibilitar a compreensão de certa totalidade do fenômeno educativo e de a dialética entre o individual e o coletivo que se instala no interior das IES e das próprias relações que nelas emergem.

Ao trazermos reflexões sobre processos de internacionalização vivenciados, bem como perquirindo e evidenciando a participação de mulheres nesses processos, a partir de análises de fontes documentais existentes no acervo da UFMT, tratamos

de encontrar e registrar movimentos de mobilização feminina no espaço institucional e para além dele.

Aprontamos que não houve uma política institucional definida para internacionalização ou mesmo para determinar o perfil de seus partícipes que garantisse a equidade de acesso aos programas ofertados.

Uma lacuna temporal, para a qual não encontramos registros a respeito de mobilidade feminina no âmbito internacional, ocorreu em 1989, quando foi nomeado um responsável pela Assessoria Internacional da UFMT, por meio da Portaria n.º 328/89, de 01 de agosto de 1989, emitida pelo Gabinete da Reitoria.

Após a análise de ofícios, relatórios e outras publicações histórico-científicas, constatamos que mulheres participaram e contribuíram para os processos de internacionalização, seja por exercerem cargos de professoras, gestoras e/ou consultoras, seja por serem estudantes e participarem de programas, como o Csf.

Mulheres compartilharam e colaboraram para que as atividades que foram implementadas pudessem ser desenvolvidas. Em alguns momentos essas mulheres foram partícipes, em outras ocasiões, elas atuaram como idealizadoras das políticas de internacionalização promovidas pela UFMT.

De fato, conjecturamos que uma instituição de ensino superior como a UFMT não pode prescindir de políticas públicas que incentivem atividades de internacionalização, devendo articular e desenvolver iniciativas viáveis para a configuração de ações de ordem internacional com mais solidariedade e alcance democrático.

Da mesma forma, compreendemos que o ensino superior é inseparável de sua capacidade de interagir em processos intelectuais e científicos ampliados, rumo ao avanço do conhecimento. Dadas as suas funções características típicas de uma IES, ensino, pesquisa e extensão, ao longo de nosso estudo, comprovamos que prevaleceu na UFMT, por meio de seus conselhos gestores, às vezes de forma mais acentuada, às vezes menos, uma gestão comprometida com a dimensão internacional e intercultural que enriquece a formação que é ofertada, embora ainda pareça-nos que poucos são aquelas e aqueles que tiveram [e ainda têm] oportunidade de mobilidade para outras IES estrangeiras.

Em relação à equidade de acesso entre os gêneros, considerada a mobilidade internacional, compreendemos que esse ideal ainda permanece distante. Ocorreram importantes ações de protagonismo por algumas mulheres, mas essas atuações e oportunidades ainda representam um número exíguo frente ao progresso em outras áreas na UFMT.

Mulheres, certamente, uniram-se e compartilharam potencial científico e cultural que influenciaram as mudanças nas políticas de internacionalização adotadas pela UFMT. Mulheres também trouxeram propostas de soluções a problemas estratégicos e institucionais, contribuindo para o avanço científico da comunidade acadêmica.

Consideramos que essa atuação feminina contribuiu, foi e é necessária para o alcance de níveis superiores que apontem rumos fundamentais para a integração, a cooperação e a equidade tanto de acesso às políticas de internacionalização quanto ao desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso.

Referências

AMARAL, Tania Conceição Iglesias do; SECO, Ana Paula. Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira. In: HISTEDBR: 20 ANOS (1986-2006), 2006, Campinas. **Anais ...** Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em: 29 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Assessores de relações internacionais das universidades se reúnem na UFMT**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 11 mai. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/212-noticias/educacao-superior-1690610854/2893-sp-2053525820?Itemid=164>. Acesso em 10 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 5.647, de 10 dezembro de 1970**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5647.htm. Acesso em 20 abr. 2020.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644443909>

BURKE, Peter. A nova história, seu passo e seu futuro. BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CABRAL, Tiago Luiz de Oliveira; SILVA, Júlio Eduardo Ornelas, SAITO, C Catarina Erika. Realidade do intercâmbio e da mobilidade acadêmica na Universidade Federal de Santa Catarina. In: II Congresso Internacional IGLU,2011, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: Repositório Institucional da UFSC, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/29299/6.1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CARVALHO, Guido Ivan de. **Ensino Superior: legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro. Cia Melhoramentos, 1969, 489p.

CASTRO, Alda Araújo, CABRAL NETO, António. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, América do Norte, 21, Out. 2012. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>. Acesso em: 28 set. 2019.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FRANCO, Maria Esteia Dal Pai. Globalização, internacionalização e cooperação interinstitucional. SOARES, Maria Susana Arrosa (org.) **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

HARVEY, David. **A transformação política-econômica do capitalismo do final do século XX**. São Paulo: Loyola, 1989.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. PRIORE, Mary Del (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. SILVA, Maria das Graças Martins. Política de internacionalização na UFMT e o Programa Ciência sem Fronteiras. In XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED). **Anais [...]**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014. Disponível em: http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Joira-Aparecida-Leite-de-Oliveira-Amorim-Martins_-Maria-Das-Gracas-Martins-da-Silva.pdf. Acesso em 04 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Quem somos**. Washington, s.d. Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp. Acesso em 11 abr. 2020.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644443909>

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela Maria da Silva Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Idéias para um intercâmbio internacional na área de história da educação. SANFELICE, José Luis et ali (orgs.) **História da Educação**. Perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, Maria das Graças Martins. MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. Internacionalização e transnacionalização da educação superior no programa Ciência sem Fronteiras: amálgamas e contradições. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, V.27, n.64, p.111-131, 2018. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3087>. Acesso em 11 abr. 2020.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; DOURADO, Nileide Souza; RIBEIRO, Silva Ribeiro. **Universidade Federal de Mato Grosso: 40 anos de História (1970-2010)**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria n.º n.º 185/73**. Cuiabá, MT: UFMT, de 29 de junho de 1973.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria n.º 709/75**. Cuiabá, MT: UFMT, de 15 de dezembro de 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Reitoria. **Ofício Circular n.º 27/77/DAU/CODEAI/BSB**. Brasília, DF: Departamento de Assuntos Universitários, de 13 de junho de 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Reitoria. **Ofício Gabinete da Reitoria n.º 158/78**. Cuiabá, MT: UFMT, de 06 de abril de 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Reitoria. **Portaria Gabinete da Reitoria n.º 328/89**. Cuiabá, MT: UFMT, de 01 de agosto de 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Reitoria. **Relatório de Gestão 2008 – 2016**. Cuiabá, MT: UFMT, 2016.

VALE, Lindalva Regina da Nóbrega; DE FARIAS, Maria da Salete Barboza; ARAUJO, Edineide Jezini Mesquita. Reflexões sobre a universidade e mobilidade estudantil: uma viagem histórica. In: Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior. 3., 2016, João Pessoa. **Anais ...** João Pessoa: UFPB, 2016. Disponível em: <http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2016/13/universidade-e-mobilidade-estudantil-uma-viagem-historica-rumo-a-globalizacao.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644443909>

WILLIAMSON, John. **What Should the World Bank Think about the Washington Consensus?** Vol 15, n. 2. EUA: World Bank, 2000, p. 251-264. Disponível em: <http://documents.vsemirnyjbank.org/curated/ru/624291468152712936/pdf/766500JRN0WBRO00Box374385B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

Correspondência

Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins — Universidade Federal de Mato Grosso — R. Quarenta e Nove, 2367 - Boa Esperança, CEP 78060-900, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)

Notas

¹ Elaborado pelas autoras a partir do Ofício Circular n. °27/77/DAU/CODEAI/BSB de 13 de junho de 1977 e do Ofício UFMT/GR 158/78 de 06 de abril de 1978.

² Pesquisa efetuada no Banco de dados Concordia do Ministério das Relações Exteriores, disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/>. Acesso em 18 de abr. 2020.